

As Várias Independências no Rio Grande do Norte: disputas familiares e historiográficas nas comemorações do primeiro centenário (1922)

João Fernando Barreto de Brito*
Juliana Teixeira Souza**

Resumo

Neste artigo investigamos como a comemoração do centenário da Independência no Rio Grande do Norte foi explorada por redes familiares do litoral e do Seridó, de modo a legitimar seu poder, procurando influir na opinião pública e na vontade política da sociedade norte-rio-grandense, ora instituindo novos símbolos identitários, ora procurando apagar os marcos de memória de adversários políticos. O corpus documental foi composto pela produção historiográfica local e pela edição comemorativa do centenário da Independência publicada pela revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Centenário da Independência do Brasil; Disputa Política; História do Rio Grande do Norte.

* Doutor em História pela UFRJ. Professor do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

** A Doutora em História Social pela UNICAMP. Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e do Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA).

The Various
independence in
Large northern river:
Family Disputes and
historiographical in
celebrations of
First Centenary
(1922)

Los diversos
independencia en
Río Grande del Norte:
disputas familiares y
historiográfico en
celebraciones de
Primer Centenario
(1922)

Abstract

In this article we investigate how the commemoration of the centenary of Independence in Rio Grande do Norte was explored by family networks from the coast and Seridó in order to legitimize their power, seeking to influence public opinion and the political will of the society of Rio Grande do Norte, sometimes instituting new identity symbols, sometimes trying to erase the memory marks of political opponents. The documentary corpus was composed of the local historiographical production and the commemorative edition of the centenary of Independence published by the magazine of the Historical and Geographical Institute of Rio Grande do Norte.

Keywords: Independence in RN; Centennial of Independence; History of Rio Grande do Norte

Resumen

En este artículo, verificaremos cómo la conmemoración del centenario de la Independencia en Rio Grande do Norte fue explorada por estas redes familiares para legitimar su poder, buscando influir en la opinión pública y la voluntad política de la sociedad en Rio Grande do Norte, a veces instituyendo nuevos símbolos de identidad, a veces tratando de borrar las marcas de memoria de los opositores políticos.

Palabras clave: Independencia en RN; Centenario de la Independencia; Historia de Rio Grande do Norte



A comemoração do Centenário da Independência, em 1922, teve uma importância singular no Rio Grande do Norte, já que a efeméride ocorreu num contexto político marcado pela mudança na direção do governo do estado, controlada desde a instauração da República pelos Albuquerque Maranhão, aliados aos Tavares de Lyra e Pedroza, que tinham sua base política radicada no litoral. A proeminência do grupo vinha sendo minada pelas investidas de grandes proprietários do interior do estado, em especial pelos antigos aliados do Seridó, liderados pelos Galvão, Medeiros e Faria (SOUZA, 2008; PEIXOTO, 2010). Esse conflito tem sido pouco explorado pela historiografia dedicada a investigar a comemoração de efemérides e a construção de monumentos na cidade do Natal nas primeiras décadas do século XX (ARRAIS, 2006; VIANNA, 2019). Diante disso, nesse artigo, o interesse é verificar como a comemoração do centenário da Independência foi explorada por essas redes familiares de modo a legitimar seu poder, procurando influir na opinião pública e na vontade política da sociedade norte-rio-grandense, ora instituindo novos símbolos identitários, ora procurando apagar os marcos de memória de adversários políticos.



Crônicas científicas de grandes homens e fatos memoráveis

Como ocorreu em outros estados, a instauração do regime republicano estimulou os grupos dominantes locais a instituírem marcos de periodização que ressaltassem seu papel como fundadores do novo Estado e de uma nova sociedade que pareciam se descortinar com o fim da escravidão e da monarquia, orientados pelo avanço da ciência, da urbanização, do progresso e da modernidade. A criação dos institutos históricos representa esse rito de passagem para as províncias que até então, supostamente, teriam permanecido “sem História” (OLIVEIRA, 2020), sem perspectivas de evolução, fechadas em si mesmas em razão de seu atraso e provincialismo. No Rio Grande do Norte não foi diferente.

Com a República e a chegada dos Albuquerque Maranhão à direção do governo do estado, o passado do Rio Grande do Norte tor-

nou-se objeto de preocupação por parte da rede familiar que integravam, motivando a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte - IHGRN, em 1902. A agremiação reuniu ilustres figuras do setor agrário e comercial que também participaram da instauração do regime republicano, constando entre os membros fundadores personalidades como Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, chefe da família e do governo do estado, seu primo e genro Augusto Tavares de Lyra, e aliados de diversas famílias, como Antônio José de Mello e Souza e Joaquim Ferreira Chaves, e o seridoense Manoel de Medeiros Dantas, casado com a filha do coronel Silvino Bezerra de Araújo Galvão (COSTA, 2020).

Como seus congêneres, o IHGRN propôs “coligir, metodizar, arquivar e publicar os documentos e as tradições, que lhe for possível obter, pertencentes à história, geografia, arqueologia e etnografia, principalmente do Estado” (INSTITUTO..., 1903, p. 9).¹ Dali em diante, a tarefa que se impunha era reunir e organizar documentos e artefatos que viabilizassem uma escrita da História local pelos naturais da terra, e os fundadores do IHGRN atribuíram a si próprios o papel de protagonistas desse movimento de inserção do estado na História nacional, tarefa que enfrentariam com o respaldo da ciência, garantidora da instituição de uma memória fundada em fatos verídicos. Portanto, urgia reconstituir a formação histórica e cultural do Rio Grande do Norte, definindo as origens e os caracteres do homem norte-rio-grandense por meio do exercício de fazer “reviver na crônica científica os grandes homens e os fatos memoráveis” (INSTITUTO..., 1903, p. 2).

Entre os políticos e intelectuais da rede familiar do litoral que participaram da fundação do IHGRN, foi Augusto Tavares de Lyra quem se tornou a principal referência nos estudos historiográficos, lhe competindo a tarefa de escrever a principal obra de História legada por sua geração. Foram os preparativos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB para a comemoração do centenário da Independência que lhe oportunizaram produzir um estudo de fôlego sobre toda a história de seu estado. Em 1915, para a comemo-

1 Optou-se por atualizar a grafia das fontes citadas, com o fim de tornar a leitura mais fluida.

ração do centenário da Independência, o IHGB decidiu organizar o *Diccionario Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, projeto executado por uma Comissão Diretora que teve Augusto Tavares de Lyra como vice-presidente. Além de assumir a autoria de vários temas apresentados no primeiro volume da publicação, sobre o Brasil geral, ele também escreveu sobre a História e Geografia do RN, publicada no segundo volume do *Diccionario*, que serviu de base para sua monumental *História do Rio Grande do Norte* (1982).

Em sua narrativa, Tavares de Lyra atribuía a adesão do Rio Grande do Norte à causa da Independência à movimentação política anterior, afirmando que desde finais do século XVIII as doutrinas liberais insuflavam as aspirações de justiça e liberdade contra o absolutismo português entre os ricos proprietários, motivando a participação no movimento republicano de 1817. Entre esses, conferiu maior destaque a André de Albuquerque Maranhão, senhor do Cunhaú, o primeiro engenho construído na capitania, em terras doadas a Jerônimo de Albuquerque, que chegou na América em companhia de seu cunhado, o donatário de Pernambuco Duarte Coelho. Pela prestigiosa ascendência diretamente vinculada aos primeiros conquistadores e pela abastada e numerosa família, André de Albuquerque Maranhão havia se tornado “o chefe dos que na capitania ansiavam pela realização de reformas que correspondessem às aspirações do povo” (LYRA, 1982, p. 171). A oportunidade de promover a tão acalantada reforma surgiu quando rebentou a rebelião, mas o governo republicano durou menos de um mês, entre março e abril de 1817, findando com André do Cunhaú sendo traído e mortalmente ferido, para ser posteriormente condenado como cabeça do movimento na devassa instaurada pelas autoridades portuguesas.

Para Tavares de Lyra, “aureolado pelo martírio”, André do Cunhaú foi o homem que “encarou a república nos dias de triunfo”, dando sua vida pelas ideias que “mais tarde, depois da Independência, teriam de perturbar por tanto tempo a vida da província” (LYRA, 1982, p. 204), sendo o precursor do republicanismo que iria irromper em 1888 e 1889, quando Pedro Velho de Albuquerque Maranhão se consolidaria como a “alma do movimento” republicano no Rio Grane do Norte, “honrando, pela sua ação patriótica, a memó-



ria inoldivável de seus antepassados ilustres” (LYRA, 1982, p. 253). Nessa linha de tempo, a Revolução de 1817 é invocada como marco inicial do processo de independência no estado, e como episódio inaugural do movimento republicano, justificando as assertivas de Tavares de Lyra acerca do protagonismo dos Albuquerque Maranhão nos principais episódios da história norte-rio-grandense.

Para reforçar a importância de 1817 na ruptura entre Brasil e Portugal, Tavares de Lyra se empenhou em afirmar que as províncias do Norte “desconheciam, quase por completo, a autoridade de D. Pedro I”, que no seu ver não desejava fazer a Independência, sendo antes arrastado pelas contingências desencadeadas pela Revolução do Porto em 1820 (LYRA, 1982, p. 207). Para dar projeção ao protagonismo dos naturais da terra nos episódios que culminaram com a Independência, Tavares de Lyra informa que a primeira junta de governo eleita na província foi “composta, em sua maioria, de velhos e bons patriotas que, nos cárceres da Bahia, haviam sofrido inúmeros tormentos pela sua co-participação no malogrado movimento de 1817” (LYRA, 1982, p. 211). De fato, beneficiados pelo indulto concedido pelas Cortes de Lisboa, os grandes proprietários presos em 1817 retornaram à província em tempo de participarem da escolha da Junta Constitucional Provisória (SOUZA, 2019). Pelo resultado do pleito que reuniu 43 eleitores, decidiu-se que a Junta seria presidida por Joaquim José do Rego Barros, senhor do engenho descendente das primeiras famílias da capitania, preso na Bahia até 1820; e integrada pelo senhor de engenho Luiz de Albuquerque Maranhão, preso na Bahia até 1820; Manuel Antônio Moreira, preso em Pernambuco até abril de 1821; Antônio da Rocha Bezerra, latifundiário que integrou o governo republicano no Rio Grande; e Manuel de Medeiros Rocha, grande fazendeiro do Seridó, que ofereceu proteção aos republicanos que tentaram assassinar o governador de Pernambuco (CASCUDO, 1989). A Junta era ainda composta pelo Pe. Francisco Antônio Lumachi de Melo e o latifundiário Manoel de Mello Montenegro Pessoa.

A Junta foi dissolvida meses depois, após o presidente da câmara do Natal e o comandante da Tropa de Linha receberem abaixo-assinados denunciando que, de acordo com o decreto de 29 de setem-

bro de 1821, a Junta deveria ser composta por cinco membros, e não sete. Segundo Tavares de Lyra, o guia e inspirador desse movimento contra a junta era o ouvidor da comarca, o português Dr. Mariano José de Brito Lima, apontado como líder da facção recolonizadora. O Senado da Câmara destituiu os remanescentes de 1817 e a nova Junta, escolhida por 24 eleitores, foi presidida pelo Pe. Manoel Pinto de Castro, irmão do padre Miguel Joaquim de Almeida Castro, o Pe. Miguelinho, morto em Pernambuco por sua participação no governo de 1817. Mas, diferente do irmão, Pinto de Castro recusou-se a tomar parte na Revolução, optando por permanecer fiel à Coroa portuguesa (SOUZA, 2019).

Os meses seguintes foram decisivos para o rompimento das relações entre Brasil e Portugal, e a avaliação de Tavares de Lyra foi de que a atuação da junta presidida pelo Pe. Pinto de Castro foi marcada por uma política “dúbia e vacilante” (LYRA, 1982, p. 219), o que seria evidenciado pela decisão de reconhecer as autoridades de D. João VI e D. Pedro I, “sem restrição alguma” seis meses depois do Fico – mesmo se subordinado às decisões do Rio de Janeiro a partir de então –, e por postergar por vários dias a celebração da aclamação de D. Pedro como Imperador. Após acrescentar que o governo presidido pelo Pe. Pinto de Castro também foi marcado por atos de violência e que “a Junta fora forçada a abandonar o poder sem simpatias e sem dedicações” em janeiro de 1824 (LYRA, 1982, p. 222), Tavares de Lyra encerra sua narrativa sobre a Independência tratando da Confederação do Equador, minimizando o episódio como mero reflexo das convulsões políticas pernambucanas, concluindo que “jamais afetaram a obra da Independência” (LYRA, 1982, p. 228).

A obra de Tavares de Lyra não foi escrita com o apoio do governador do estado, Joaquim Ferreira Chaves, com o qual havia rompido de forma pública e ruidosa (SOUZA, 2008). Em meio às discussões sobre as comemorações para o centenário da Independência, Tavares de Lyra descobriu que seus adversários na política local pretendiam lhe despojar do “título de benemerência [...] de ser o primeiro historiador do Rio Grande do Norte”, contratando Rocha Pombo para realizar a empreitada. Após a descoberta, decidiu aproveitar o trabalho que vinha realizando no IHGB para driblar as ini-



ciativas do governador Ferreira Chaves (LYRA, 1982b), conseguindo trazer seu livro à público em 1921, se antecipando a Rocha Pombo.

No entanto, coube a Rocha Pombo ter sua obra publicada em 1922 como edição comemorativa do centenário da Independência do Brasil no RN. O livro foi encomendado e financiado pelo governador, que reformou a estrutura político-administrativa do estado com o fim de dismantelar o domínio dos Albuquerque Maranhão e aliados, cuja proeminência sobre o partido republicano e o governo do estado já vinha sendo questionada pelos chefes políticos do Seridó (LINDOSO, 1992). Além de Ferreira Chaves, também optaram pelo rompimento outros aliados históricos ressentidos em verem suas ambições políticas sucumbirem aos interesses daquela rede familiar, como Eloy de Souza, seu irmão Henrique Castriciano e Antônio José de Mello e Souza. Em 1920, esses dois últimos foram eleitos respectivamente como vice-governador e governador do estado, com o apoio da facção seridoense e de Ferreira Chaves.

126



Em seu livro, Rocha Pombo concorda que a Independência das colônias inglesas e a difusão do ideário liberal estariam animando, desde finais do século XVIII, o espírito de independência dos colonos contra a opressão da metrópole, mas acrescenta que o conflito foi insuflado com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro e as guerras no Prata, que ampliaram as demandas de arrecadação fiscal e os recrutamentos forçados. Desse ponto em diante, as narrativas continuam divergindo, pois Rocha Pombo opta por enfatizar que o protesto de 1817 foi liderado pelo grupo político radicado em Recife, conferindo papel menor aos grandes proprietários locais. Mesmo sabedor da “quase religiosa veneração” tradicionalmente dedicada aos heróis norte-rio-grandenses sacrificados na Revolução de 1917, como André do Cunhaú e Pe. Miguelinho, Rocha Pombo construiu uma narrativa que subtrai o protagonismo daquela “aristocracia de aldeia” descendente dos primeiros colonizadores, cujo orgulho familiar lhe parecia se basear menos na “presunção de sangue azul que empáfia de posição ou de fortuna” (POMBO, 1922, p. 207).

A narrativa de Rocha Pombo direciona os holofotes para os chefes pernambucanos, que, a seu ver, agiram com tal segurança e decisão que “em outras circunstâncias, ter-se-ia antecipado al-

guns anos, dando-lhe naturalmente outras feições, a obra de 1822” (POMBO, 1922, p. 228). Assim, no capítulo dedicado a descrever a Revolução de 1817, apesar de reconhecer André do Cunhaú como proprietário abastado e chefe político de maior prestígio da capitania, Rocha Pombo lhe atribui papel modesto naqueles eventos, censurando sua falta de instrução e lhe avaliando como um homem “destituído de indispensável cultura ou sequer, de natural habilidade para aquelas árduas funções” de chefe do governo revolucionário (POMBO, 1922, p. 251). Em contrapartida, elege como principal personagem daqueles eventos o pernambucano e então governador do Rio Grande José Ignácio Borges, descrito como amigo de vários patriotas brasileiros, convencido de que tenha contribuído decisivamente para a eclosão do movimento na capitania por não tomar nenhuma providência que prevenisse um levante contra o monarca, apesar de há muito ter conhecimento do avanço da propaganda contrária à D. João VI.

Ignácio Borges chegou a ser preso sob acusação de participar da Revolução de 1817, mas foi inocentado e reconduzido ao governo do Rio Grande, sendo elogiado por Rocha Pombo por atuar em favor dos interesses da capitania, conseguindo junto à Corte o atendimento de antigas demandas dos grandes proprietários e comerciantes, como a autorização para o porto de Natal fazer comércio direto com o exterior e a criação de uma comarca autônoma na capitania. Após a Revolução do Porto, Ignácio Borges teria inicialmente tentado dissimular suas simpatias, assumindo a adesão à causa do Príncipe Regente, mas somente após o agravamento dos conflitos nas Cortes de Lisboa. No episódio para a eleição da Junta Provisória que lhe substituiria, Rocha Pombo afirmou que “Ignácio Borges tinha preparado tudo para a sua facção”, garantindo que se apresentassem apenas os eleitores partidários dos republicanos de 1817, acrescentando que foram destituídos em favor do Pe. Pinto de Castro apenas após Borges se ausentar da capitania (POMBO, 1922, p. 274).

No Rio de Janeiro, Ignácio Borges teria mantido correspondência incessante com seus amigos no Rio Grande do Norte, sugerindo-lhes as providências a serem tomadas em prol da Independência, onde a nova Junta de Governo, o Senado da Câmara do Natal e as



tropas atuavam de forma combinada de modo a não se comprometer, declarando obediência a D. João VI e D. Pedro “sem restrição alguma”, em julho de 1822, apesar de na correspondência com outras câmaras terem assumido que a convocação da Assembleia Constituinte, em 3 de junho, deveria ser entendida como uma declaração de Independência do Reino do Brasil, dando motivo para que toda província celebrasse a adesão ao príncipe D. Pedro (POMBO, 1922, p. 283-284). Para Rocha Pombo, após a derrota dos regalistas, as facções locais se ocupariam apenas com suas ambições de mando e competições pessoais, como em outras partes do Império.

Em contrapartida à imagem pouco abonadora dos chefes políticos do litoral, Rocha Pombo elegeu o sertão como o espaço privilegiado para o desenvolvimento das qualidades mais notáveis da formação cultural e moral norte-rio-grandense. Tomando como referência os escritos de Eloy de Souza na imprensa natalense, Rocha Pombo toma parte nas discussões sobre a identidade regional, enaltecendo os atributos dos “homens bons” do sertão, que durante todo período colonial teriam assegurado a ordem pública e o respeito aos direitos individuais. Acrescentou em nota que ainda existia no interior do Rio Grande do Norte homens daquele tipo, de “incontestável prestígio”, como “o coronel José Bezerra, venerada figura justamente respeitada e querida num vasto círculo da região de além Borborema”, no Seridó (POMBO, 1922, p. 201).

José Bezerra de Araújo Galvão era tio dos deputados federais Juvenal Lamartine de Faria e José Augusto Bezerra de Medeiros, que vinham empenhando esforços para promover a articulação política dos coronéis do Seridó (LINDOSO, 1992), ao mesmo tempo em que asseguravam, na capital, o apoio indispensável para assumir a direção do governo do estado contra proeminência dos Albuquerque Maranhão, Tavares de Lyra e Pedrosa. Com o apoio dos aliados de ocasião, caso dos governadores Ferreira Chaves e Mello e Souza, e dos irmãos Henrique Castriciano e Eloy de Souza, os grandes proprietários do Seridó tornaram a comemoração do centenário da Independência; um momento notável para a construção de uma identidade associada ao interior e à vida sertaneja. Ao mesmo tempo, excluía do conjunto de símbolos que compunha esse ideário as

figuras outrora celebradas como representantes máximos da história local.

A polêmica em torno da produção das duas obras monumentais sobre a História do Rio Grande do Norte não se esgotou à época de sua publicação. O governador Antônio José de Mello e Souza incluiu entre as despesas eventuais de seu governo a distribuição gratuita do livro de Rocha Pombo nas escolas do estado (RIO GRANDE DO NORTE, 1923). Entretanto, essa obra teve acolhida menos entusiasmada por parte da elite intelectual vinculada ao IHGRN que se manteve politicamente comprometida com as famílias do litoral, mantendo fidelidade a uma memória deferente. Expressão disso, quando Tavares de Lyra faleceu e os sócios do IHGRN decidiram dedicar um volume inteiro da revista à sua memória, Hélio Galvão, neto do desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos, sócio fundador do IHGRN, e ele mesmo sócio do IHGRN e professor da UFRN, não se furtou a comparar as duas obras e criticar o texto de Rocha Pombo, descrito como um “historiador geral”, ajuizando que “a história de Tavares de LYRA é mais nossa, mais provinciana, mais estadual, mais local” (GALVÃO, 1959, p. 77).

“Um modesto, mas expressivo monumento”

A participação do IHGRN na comemoração do centenário da Independência não se resumiu à produção de narrativas historiográficas. A convite do governador Ferreira Chaves, reiterado pelo governador seguinte, Antônio José de Mello e Souza, os membros da instituição que em sua maioria desempenhava cargos no Executivo, Legislativo e Judiciário, também colaboraram na realização de obras públicas, construção de monumentos e elaboração de uma programação cívica para celebrar a data comemorativa.

A Semana da Pátria se iniciou em 3 de setembro de 1922 teve cada dia foi dedicado a um tema. No primeiro dia, da “Colonização”, realizaram as eleições municipais e uma “romaria cívica” até a Fortaleza dos Reis Magos, que recebeu placa comemorativa alusiva ao início da colonização, uma homenagem que exaltava a herança portuguesa na formação histórica e cultural norte-rio-grandense.

No dia da “Prosperidade”, com apoio da associação comercial, houve exposição de artigos produzidos e manufaturados no estado. No terceiro dia, “A força”, teve provas militares e recreativas disputadas entre os homens do 29º Batalhão de Caçadores, Escola de Aprendizes de Marinheiros e Esquadrão de Cavalaria, e uma parada realizada pelos escoteiros (INSTITUTO..., 1922). No quarto dia, “Letras e Artes”, na cidade natal do governador Mello e Souza, Papary, houve apresentação de grupos escolares em frente ao monumento de Nysia Floresta, poetisa, escritora e educadora, natural da mesma cidade, em reconhecimento ao “seu profundo amor ao Brasil, e associado àquela manifestação o espírito da imperatriz Leopoldina, que ao lado de José Bonifácio, foi o anjo tutelar da nossa independência” (INSTITUTO..., 1922, p. 75). O sexto dia foi dedicado ao “Trabalho”, com missa campal, caminhada à Loja Maçônica e torneio esportivo. Seguiu-se o “Dia do Futuro” com atividades voltadas para os estudantes do estado. As comemorações foram encerradas em 10 de setembro com uma sessão Magna do IHGRN, no Palácio do Governo, tendo como orador o caicoense Manuel Gomes de Medeiros Dantas.

O dia 7 de setembro coincidiu com o quinto dia de comemorações. Tendo como tema o “Dia da Pátria”, começou com alvoradas e salvas em todos os bairros da cidade, seguida de parada militar com desfile da tropa e bandas de música, além da entrega do novo prédio da Intendência Municipal. Nesse dia também ocorreu a aguardada inauguração do Monumento da Independência, erguido na Praça Sete de Setembro, até então coberto pelas bandeiras do Brasil e da Revolução de 1817, solenemente descerradas pelo governador Mello e Souza na presença de autoridades e da população que acompanhavam os festejos.



Figura: O Monumento da Independência



Praça Sete de Setembro, Natal-RN. O prédio ao fundo é o Espaço Cultural Palácio Potengi, hoje Pinacoteca do Estado do Rio Grande do Norte. Fotografia de João Maria Alves [19--]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?id=442924&view=detalhes> Acessado em 27 jan. 2022.

Em razão das disputas entre as facções do grupo dominante que ocupavam cargos no governo e atuavam no IHGRN, esse plano também esteve sujeito a disputas e tensionamentos. Ao mesmo tempo em que a rede familiar do Seridó e seus aliados colaboravam na escrita de uma memória republicana que conferisse maior projeção às lideranças daquela região, evidenciando a perda da hegemonia política da família Albuquerque Maranhão, Tavares de Lyra e Pedrosa, havia a preocupação do governador Mello e Souza de produzir e promover símbolos que articulassem a memória institucionalizada à sua figura pública, aspecto que se evidencia em todo processo de produção daquele monumento.

Para realizá-lo, Mello e Souza contratou o conhecido escultor Bibiano Silva, um dos fundadores da Escola de Belas Artes de Pernambuco e seu primeiro diretor (ALVES, 2001), incumbido de construir um monumento que “além de beleza, desse a expressão simbólica do grande fato de comemorar” (RIO GRANDE DO NORTE, 1923, p. 6), promovendo a transformação do espaço público em espaço cívico, a cumprir função pedagógica na formação da cultura política

da população, incluindo as gerações vindouras. Nas palavras do governador: “O plano assentado pela administração consistia essencialmente na ereção de um modesto, mas expressivo monumento, que ficasse para atestar aos pósteros o sentir do nosso tempo” (RIO GRANDE DO NORTE, 1923, p. 6).

No lugar de desfrutar da liberdade criativa que muitos artistas prezam, Bibiano Silva foi desde o início submetido ao escrutínio do governo do estado e do IHGRN, que solicitava fotografias do monumento, antes da fundição, a fim de que pudessem propor modificações, assim impondo seu crivo ideológico. Além disso, o escultor deveria executar o trabalho ladeado por uma pessoa de “confiança” do governo do estado, que iria certificar-se do cumprimento das cláusulas previstas no contrato (RIO GRANDE DO NORTE, 1922). Fortemente influenciado pelo estilo Neoclássico e pelo Romantismo (ALVES, 2021), o projeto foi assim descrito:

O monumento da Independência consta de duas figuras alegóricas sobre pedestal de granito das jazidas deste Estado e trabalhado nesta capital; a figura principal é uma mulher simbolizando a Pátria, a qual aponta ao povo, no livro da História, as grandes datas – 7 de setembro de 1822 - 7 de setembro de 1922 –; o braço esquerdo sustém o livro sobre um sólido bloco de granito, no qual se vê o escudo do Estado, que é representado pelo mesmo bloco. A outra figura de homem, em atitude de ascensão, avança até a Pátria e oferece-lhe o ramo de louro, o símbolo da vitória, que conseguiu pela Força, que a espada descansando à sinistra lembra, e pode ser invocada a qualquer instante em defesa da própria (INSTITUTO..., 1922, p. 255).

A decisão de escrever as datas referentes à celebração do centenário num livro que contém as palavras “História” e “Pátria” reforça a importância atribuída por esses políticos e intelectuais à utilização do conhecimento histórico na construção de uma identidade regional, que também se pretendia relevante e significativa no contexto nacional. Observe-se que, no monumento, o braço que segura o livro da História e da Pátria está apoiado sobre um bloco



de granito, em que está gravado o escudo do estado do Rio Grande do Norte. Dessa forma se pretende mostrar que a pátria não pode prescindir do apoio do estado, presente para amparar a nação com a mesma solidez do bloco que lhe representa.

Em seu estudo sobre os monumentos erigidos em Natal, Helder Vianna comenta o uso da figura feminina para representar a pátria no Monumento da Independência, referência alegórica aos ideais que impulsionaram a Revolução Francesa, avaliando que as ideias abstratas evocadas pelo monumento, tais como liberdade, justiça, memória e heroísmo eram estranhas à população norte-rio-grandense. Nessa chave de leitura, o que impediria a população local de compartilhar os significados daqueles símbolos e alegorias promovidos pelo grupo dominante local não seriam suas experiências e cultura política distintas, mas a participação inexpressiva nos grandes movimentos de História, que Vianna opõe de modo depreciativo à experiência histórica da população francesa (2019, p. 23-24), perspectiva caudatária do etnocentrismo europeu, que nega a condição de sujeitos históricos à população, majoritariamente formada por trabalhadores urbanos e rurais.

A servir de modelo para essa população, supostamente sem História e sem raízes, a figura masculina que aparece no Monumento da Independência é o reflexo de como os dirigentes do estado viam a si. Na escultura, a figura do homem é flagrada em movimento de ascensão, uma tradução imagética dos reiterados discursos daquela geração de políticos e intelectuais, que se apresentavam publicamente como responsáveis pelo devir histórico, submetendo a natureza por meio de obras de melhoramentos e embelezamento, celebradas pela historiografia local por trazerem para a cidade do Natal os signos da modernidade (ARRAIS, 2006). Deslumbrados “com a ciência e com o progresso, dentro de uma lógica linear de evolução” (COSTA, 2008, p. 48), viam a si como herdeiros da missão civilizatória iniciada pela colonização portuguesa, cujo legado era reiteradamente celebrado, em detrimento às populações indígena e afrodescendentes, excluídas do projeto de nação que se empenhavam em construir.

Entre as muitas exigências feitas ao escultor Bibiano Silva pelo governador Mello e Souza estavam as três medalhas de bronze in-



crustradas nas laterais do pedestal do monumento. Ainda que o pedestal tivesse quatro faces, inicialmente foram encomendadas quatro placas votivas e apenas três medalhas: a de Dom Pedro I, autor do épico brado “Independência ou Morte”, abrindo as portas da liberdade para a nação; a de José Bonifácio de Andrada, reconhecido como o “patriarca” da Independência; e do norte-rio-grandense Pe. Miguelinho, fuzilado pelo movimento regalista que depôs os revolucionários em 1817.

As inscrições das placas foram escritas por Mello e Souza, sendo traduzidas para o latim pelo cônego Estevam José Dantas, deputado estadual e membro do IHGRN. Na placa sob a figura de D. Pedro I, com ornamentos de hera, símbolo da fidelidade, estava escrito: “O Rio Grande do Norte faz-se fortalecido pela luta contra a natureza e amparado pelo vigor dos teus filhos. É, será sempre um pequeno, mas incansável operário da União e da grandeza da Pátria” (INSTITUTO..., 1922, p. 256). A referência, portanto, são às ações empreendidas no estado para submeter a natureza, imagem sempre evocada como expressão do compromisso daqueles homens com a ciência e o progresso, vistos como recursos indispensáveis para fazer crescer e dar visibilidade às grandezas do pequeno estado, longe do eixo Rio-São Paulo, centro do poder político e econômico.

Na placa dedicada a José Bonifácio, ornada com carvalho, que significa fortaleza, foi escrito: “Sejam quais forem os teus cuidados, quer o infortúnio te atormente, quer a felicidade te eleve, terás sempre a Pátria ante os olhos, por ela darás tua inteligência, as tuas forças e até a vida” (INSTITUTO..., 1922, p. 257). Esses elementos discursivos, destacando o sacrifício pela Nação, com a perda da própria vida, eram recorrentes à época (ARENDRT, 1989). Diante das demandas da causa nacional, a superação dos individualismos em prol do coletivo aparece também como uma característica fundamental nos movimentos nacionalistas da primeira metade do século XX, particularmente naquele período classificado por alguns historiadores como *entre guerras*. Sublinhemos, por outro lado, que o elogio do sacrifício pela pátria indiretamente também parece justificar o enaltecimento à morte do Pe. Miguelinho, alvo de uma leitura romantizada por parte dos republicanos. A placa em homenagem a

Pe. Miguelinho, ornada com palmas, símbolo do martírio, trouxe a inscrição: “7 de setembro de 1822 – 7 de setembro de 1922. Primeiro Centenário da Independência da Pátria. Aos que trabalharam e a fizeram” (INSTITUTO..., 1922, p. 256), procurando fixar na memória institucionalizada uma relação de continuidade entre 1817 e 1822.

No dia da inauguração havia apenas uma placa na quarta face do pedestal, com a inscrição: “Pelo voto do Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte e sendo Governador Antonio José de Mello e Sousa foi erigido este monumento” (INSTITUTO..., 1922, p. 256). Mas, posteriormente, foi ali acrescentada outra medalha de bronze, com a imagem do governador Mello e Souza, prevalecendo o desejo de imortalizar seu papel como idealizador do monumento materializado em pedra e bronze. Recorria, nesse ponto, à prática já adotada pelos Albuquerque Maranhão como estratégia política memorialística, procurando “imortalizar os membros ilustres da oligarquia pondo seus nomes em municípios, repartições públicas, monumentos e praças” (SOUZA, 2008, p. 177).

Não por acaso, Mello e Souza excluiu o nome daquela família do principal monumento erigido em memória ao Centenário da Independência no Rio Grande do Norte. Líder da Revolução de 1817 no Rio Grande do Norte, André de Albuquerque Maranhão sangrou até a morte recolhido na cadeia da Fortaleza dos Reis Magos, o que foi lembrado apenas em alguns dos muitos discursos proferidos na Semana da Pátria (INSTITUTO..., 1922). Mas não teve sua imagem eternizada em nenhum monumento, tendo-se preferido enaltecer o martírio do Pe. Miguelinho, que apesar de nascido na capitania do Rio Grande, vivera a maior parte da vida em Pernambuco. A decisão de preferir André do Cunhaú em favor do Pe. Miguelinho foi um ato antes de tudo político. Se a função dos monumentos era fixar os nomes daqueles que não deveriam ser esquecidos, não propor uma medalha em homenagem a André do Cunhaú, celebrado na narrativa de Tavares de Lyra como o principal herói norte-rio-grandense em 1817, significava compartilhar com as gerações futuras a negação da proeminência e protagonismo dos Albuquerque Maranhão num dos principais episódios da história do estado.

Considerações finais

Na disputa pela direção do Estado, as redes familiares capitaneadas por Natal no litoral e por Caicó no Seridó aspiravam, não apenas favorecer seus interesses políticos e econômicos, como também exercer uma direção intelectual e moral sobre a sociedade norte-rio-grandense. Para isso, importava construir e difundir uma narrativa histórica e marcos de memória em que o passado do estado se confundisse com o passado deles e suas famílias, na expectativa de criar e difundir crenças e valores que incidissem nas tomadas de posicionamento político, legitimando o papel que atribuíam a si como governantes.

Em meio às comemorações do símbolo primeiro da nacionalidade, essas redes familiares concorrentes, que ocupavam espaços privilegiados no governo do Estado e no IHGRN, também procuravam inventar uma identidade norte-rio-grandense, instituindo os marcos de uma memória que supostamente pertenceria à coletividade, mas que expressavam formas de representação de si, forjadas em meio à luta pelo exercício da dominação entre facções do grupo dominante (GOMES NETO, 2011). O protagonismo que Ferreira Chaves e Mello e Souza procuraram assumir à época dos festejos do Centenário da Independência, encomendando a escrita de livros de História e a erigindo monumentos, expressou a aspiração de ambos em se apresentarem como uma alternativa contra o domínio oligárquico, mas esse projeto foi barrado pela facção do Seridó, que já vinha articulando na capital do país o apoio político para assumir diretamente a direção do estado; projeto concretizado com a eleição de José Augusto de Bezerra Medeiros para governador, sucedendo Mello e Souza. E o resultado daquela disputa, afinal vencida pela rede familiar integrada pelos Galvão, Medeiros e Faria, repercutiu até os dias de hoje na política do Rio Grande do Norte, onde o grupo político permanece atuante.



Referências

- ALVES, Fabíola Cristina. Monumento à Independência: uma obra de Bibiano Silva em Natal (RN). **19&20**, Rio de Janeiro, v. XVI, n. 2, jul.-dez. 2021.
- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARRAIS, Raimundo. A capital do Rio Grande do Norte no início do século XX. In: FERREIRA, Ângela Lúcia; DANTAS, Goerge (orgs.). **Surge et Ambula: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940)**. Natal: EDUFRRN, 2006.
- CASCUDO, Luiz da Câmara. **Governo do Rio Grande do Norte**. Natal: Livraria Cosmopolita, 1989.
- COSTA, Ricardo José Vilar da. **Habitação e modernização: Cidade Nova e maneiras de viver em Natal no início do século XX**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.
- COSTA, Bruno Balbino Aires da. A Emergência do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: como, para que e por quem foi criado. **Revista de História**. São Paulo, n. 179, p. 1-27, 2020.
- GALVÃO, Hélio. Tavares de Lyra, historiador. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. LII, p. 75-79, 1959.
- GOMES NETO, João Maurício. **Entre a ausência declarada e a presença reclamada: a identidade potiguar em questão**. Natal: EDUFRRN, 2011.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, n.1, 1903.
- _____. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. XIX, n. 1-2, 1922.
- LINDOSO, José Antônio Spinelli. **Da oligarquia Maranhão à política do Seridó: o Rio Grande do Norte na Velha República**. Natal: CCHLA, 1992.
- LYRA, Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto, 1982.
- LYRA, Carlos Tavares de. Prefácio. In: LYRA, Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto, 1982b.
- OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. “Um museu de grandes novidades”: em defesa de novos estudos sobre o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. In: BRITTO, Clovis Carvalho, CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da, CERÁVOLO, Suely Moraes (org.). **Estilhaços da memória: o Nordeste e a**

reescrita das práticas museais no Brasil. Goiânia, Salvador: Editora Espaço Acadêmico; Observatório da Museologia na Bahia, 2020.

PEIXOTO, Renato Amado. Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, n. 15, v. 1, p. 169-193, Verão, 2010.

POMBO, Rocha. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro, Porto: Almanack Laemmert, Renascença Portuguesa, 1922.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem lida perante o Congresso Legislativo na abertura da terceira sessão da undécima legislatura em 1º de novembro de 1923 pelo governador Antonio José de Mello e Souza**. Natal: Typ. d'A República, 1923.

SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2008.

SOUZA, Juliana Teixeira. A câmara municipal de Natal como espaço de representação e refúgio. In: MAGALHAES, Marcelo Souza; TERRA, Paulo Cruz; ABREU, Martha (org). **Os poderes municipais e a cidade: império e república**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

VIANNA, Helder do Nascimento. A construção do espaço cívico: monumentos e rituais de memória na Natal republicana (1902-1922). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, Nova Série, v. 27, 2019.